

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO-MG.**

PROCESSO: Nº 082/2022

TOMADA DE PEÇO: 005/2022

HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO

EIRELI, já devidamente identificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, tempestivamente, com base no art. 109, I, 'a' da Lei nº 8.666/93, na melhor forma do Direito, observando os princípios constitucionais basilares de todo e qualquer procedimento licitatório, apresentar as

CONTRARRAZÕES

Ao Recurso apresentado pela empresa **EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS**, inscrita no CNPJ 27.740.311/0001-43, onde apontou algumas supostas irregularidade.

I. DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O presente recurso é apresentado no prazo estabelecido no art. 109, I, 'a' da Lei nº 8.666/93, devendo, portanto a Vossa Senhoria vir a apreciá-lo.

II. DOS FATOS

Interessados em participar do certame em epígrafe, a empresa **HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE**, fez a análise dos documentos licitatórios e na data de 26/09/2022, efetuou o protocolo de seus envelopes, cujo o objeto era **“a prestação de serviços contínuos de limpeza pública no Município de Divino.**

Habilitando todas as empresas o sr. Pregoeiro abriu prazo de 5 dias uteis para o prazo recursal.

No tempo de manifestar e interpor recurso a empresa RECORRENTE EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES apontou alguns itens, alegando possíveis erros insanáveis no intuito de inabilitar a contrarrazoante.

➤ **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA- da certidão do responsável técnico.**

1.11 do edital

Prova de registro ou inscrição e quitação de pessoa jurídica e do responsável técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia- CREA, conforme objeto social da empresa, que irá acompanhar a execução do serviço, com vigência plena.

Expõe a recorrente que não foi cumprido o item, alegando não apresentar a certidão do CREA.

A contrarrazoante surpresa com o item questionado, utiliza do presente para afirmar que a alegação não devem prosperar, pelas razões de apenas poder verificar no processo. As certidões do CREA profissional e jurídica estão no devido processo, nada tendo a temer, apenas averiguar com mais atenção. Sendo esta com sua data de validade explícita.

➤ Ainda alega no mesmo ato que não foi apresentado a **relação de equipamentos para a prestação dos serviços.**

Neste item cumprimos o que se pede. Foi apresentado a declaração conforme anexo VII, não tendo o dever de incrementar.

➤ Não o bastante aduzem mais uma alegação, **sendo a certidão simplificada**, sendo esta uma alegação futura, ou seja, a

contrarrazoante não burlou nem se quer apresentou uma documentação falsa, sendo a certidão expedida da própria Junta comercial, não tendo o que discutir.

Diante ao exposto nota-se que a empresa EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS nada mais quer que tumultuar o processo, pois nada condiz com a realidade, podendo suas alegações serem verificadas no próprio processo ou em uma breve diligencia.

Em fase de recurso as empresas **FERNANDO A. SILVA e PORTES & TRANIN LTDA EPP** também recorrem sobre a mesma alegação o ANEXO IV, apresentando seu pedido de inabilitação da contrarrazoante por não apresentar o anexo com firma reconhecida em cartório descrito em edital.

A lei autoriza o pregoeiro corrigir vícios ou falhas, devendo a regra ser interpretada para privilegiar o interesse da Administração, sendo assim, não há como prosperar este requerimento.

III. DA ADMISSIBILIDADE DAS CONTRARRAZÕES

A doutrina aponta como pressupostos das CONTRARRAZÕES: a existência de um recurso administrativo que visa a anulação da decisão da autoridade administrativa, devendo ser tempestiva e devidamente fundamentada, contrapondo os pedidos do respectivo recurso administrativo. Sendo assim, contrarrazoamos amplamente justificados pelos dispositivos legais atinentes, a lei maior de licitação.

IV. DAS RAZÕES E DO DIREITO

As RECORRENTES, pautadas em alegações distorcidas interpõe o seu Recurso Administrativo e requer a INVALIDAÇÃO DA DECISÃO DO PREGOEIRO que habilitou a empresa ora CONTRORRAZOANTE, onde tais alegações não devem prosperarem.

A contrarrazoante é uma empresa séria, com vasta experiência no mercado, buscou elaborar seu processo da melhor forma possível atentando ao edital, onde é sabido que a qualquer tempo e modo o Sr. Pregoeiro pode se atentar em diligências, não tendo sequer a temer a contrarrazoante.

Aqui chegamos em um ponto muito importante, que é a seleção de uma proposta vantajosa, onde sim o sr. Pregoeiro após suas diligências deverá atentar. No entendimento do brilhante doutrinador Marçal Justen Filho, temos:

A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.

Quando o Administrador Público observa a possibilidade de sanar pequenos defeitos que não comprometem o julgamento igualitário da licitação ou mesmo a proposta final, claro que o mesmo poderá agir da sua melhor forma de direito.

O doutrinador Adilson Abreu Dallari, diz:

Existem claras manifestações doutrinárias e já há jurisprudência no sentido de que na fase de habilitação não deve haver rigidez excessiva, deve-se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade. Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isso

não pode ser colocado como excludente do licitante. Deve haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase da habilitação; convém ao interesse público que haja o maior número possível de participantes.

Marçal Justen Filho em Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento dos defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da Lei ou do Edital conduz à invalidade, à inabilitação ou à desclassificação".

O Tribunal de Contas da União TCU posiciona-se contra o excesso de formalismo:

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO TCU - 1ª Câmara Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti ACÓRDÃO Nº 342/2017 - TCU - 1ª Câmara Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, considerá-la prejudicada por perda de objeto em face da revogação da Tomada de Preços 009/2016; dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao representante; dar ciência ao Município de Itaetê/BA do indício de irregularidade constatado, conforme explicitado adiante; e arquivar-se o processo, como sugerido pela Secex/BA (peças 16 a 18). 1. Processo TC-032.051/2016-6 (REPRESENTAÇÃO) 1.1. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itaetê/BA 1.2. Representante: Carvalho Engenharia e Transportes Ltda. - ME (CNPJ 21.092.400/0001-44) 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti 1.4. Representante do Ministério Público: não atuou 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA). 1.6. Representação legal: não há. 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: 1.7.1. dar ciência ao Município de Itaetê/BA que, em razão da jurisprudência consolidada do TCU (Acórdãos 1.791/2006 e 1.734/2009-Plenário, entre outros), **configura formalismo excessivo a desclassificação de** empresa participante de certame licitatório em decorrência de mero erro material no preenchimento de anexo, desde que seja possível aferir a informação prestada, sem prejudicar o andamento da sessão, situação ocorrida no julgamento das propostas das empresas na Tomada de Preços 009/2016.

Ainda o Tribunal de Contas da União, conforme se infere do seguinte julgado:

f) o princípio da convocação do instrumento convocatório deve ser analisado com cautela, sob pena da perpetuação de "excessos" e de "rigorismo formal".

g) cita que, segundo o Prof. Lucas Rocha Furtado, 'o princípio da vinculação ao instrumento convocatório não significa, no entanto obrigar o administrador adotar formalidades excessivas ou desnecessárias'. E mais, deve o Administrador usar do seu poder discricionário, mas nunca arbitrário, e a sua capacidade de interpretação para buscar melhores soluções para a Administração Pública.

Aliás, nesse assunto o Supremo Tribunal Federal também se pronunciou, em decisão proferida no Mandado de Segurança nº 5.418/DF no sentido de que: **o formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes.**

O saudoso mestre Hely Lopes Meireles "a orientação correta nas licitações é a **dispensa de rigorismos inúteis e de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados.** (...) Procedimento formal, entretanto, não se pode confundir com formalismo, que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. MEIRELLES Hely Lopes. Direito Administrativo, brasileiro. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 274.).

As exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário.

Além de todo o exposto, lembramos que o Sr. Pregoeiro possui o comando do procedimento licitatório, pois encontramos nas suas atribuições. O pregoeiro é responsável por conduzir a fase externa do

pregão, que vai desde a publicação do edital até a adjudicação do objeto à empresa vencedora.

V. DOS PEDIDOS

Diante ao exposto, a empresa HORIZONTES EMPREENDIMENTOS, requer:

- a) A permanencia da contrarrazoante como habilitada, pelas razões de fato e de direito aqui elencadas;
- b) a TOTAL IMPROCEDÊNCIA dos Recursos Administrativos interpostos pelas Empresas RECORRENTES, uma vez que os fatos alegados não podem prosperar, sob pena de ferir direitos fundamentais da licitação;

Nos termos,

pede DEFERIMENTO.

Confins 18 de Outubro de 2022.

HORIZONTES
EMPREENDIMENTOS EM
CONSTRUCAO
EIRELI:22454801000160

Assinado de forma digital por
HORIZONTES
EMPREENDIMENTOS EM
CONSTRUCAO
EIRELI:22454801000160
Dados: 2022.10.18 16:21:50
-02'00'

HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EIRELE